

Resolução do Secretariado Nacional da UGT

2024. Valeu a pena continuar a negociar.

2025. Lutar por mais negociação.

O ano de 2024 concretizou, na sua generalidade, o que a UGT havia preconizado quando da apresentação da sua política reivindicativa 2023-2024.

A um quadro de forte instabilidade internacional, que condicionou políticas monetárias e continuou a afectar a inflação e o poder de compra, juntou-se um factor de instabilidade nacional, resultado inevitável de um cenário político que levou a eleições e, após as mesmas, por uma composição parlamentar mais fragmentada.

Apesar dos diversos sinais de incerteza, a UGT não deixa, porém, de assinalar que as reivindicações que apresentou se revelaram legítimas e adequadas à resposta aos problemas dos trabalhadores portugueses, nomeadamente os provocados pelo continuado (apesar de em abrandamento) crescimento dos preços dos bens alimentares e do ainda insustentável aumento do peso do custo da habitação nos orçamentos familiares.

Conforme sempre dissemos, o Governo (qualquer que ele fosse) e os empregadores tinham condições para fazer mais, num cenário como o que se antecipava.

Um cenário que, exigindo cautela, se concretizou ao longo de todo o ano de 2024.

Um ano que foi de crescimento económico.

Um ano em que foi mantido, ainda que inferior ao de 2023, um excedente orçamental e a trajectória de redução da dívida pública iniciada em 2021.

Um ano em que as medidas assumidas, nomeadamente ao nível do aumento dos salários, incluindo o salário mínimo, continuaram a negar as visões catastrofistas da destruição de empresas e de emprego.

Apesar das fragilidades do nosso mercado de trabalho, da precariedade elevada ao insustentável patamar em que situa o desemprego jovem, 2024 foi um ano bom para a economia e um ano em que a manutenção de um elevado nível de emprego e de baixo desemprego continuaram a ser a tônica.

E isto num quadro em que os acordos de política de rendimentos celebrados pela UGT deram os seus frutos, contribuindo para uma negociação colectiva mais dinâmica e para a recuperação de poder de compra dos trabalhadores, reformados e pensionistas.

Tais acordos foram ainda, desde 2022, uma aposta ganha pelo alerta claro que deram para a necessidade de uma resposta aos problemas de um País em que os empregadores continuam a assentar as suas estratégias na contenção salarial, o que, associado a outros factores, provoca uma crónica incapacidade de atracção e retenção de trabalhadores que prejudica a competitividade da nossa economia e a capacidade dos serviços públicos.

A negociação colectiva conheceu um redobrado impulso e o próprio Governo não deixou de dar o exemplo relativamente aos seus trabalhadores, aprofundando as negociações de anos anteriores para os trabalhadores da Administração Pública e fechando dossiers importantes, com a correcção de injustiças relativamente a muitos trabalhadores e com a dignificação de carreiras em sectores relevantes.

Para a UGT, 2024 é um ano que deixa claro que vale a pena lutar.

Lutar por uma negociação mais forte, por um diálogo social mais efectivo, que apresente resultados e garanta soluções que resolvam os problemas que os trabalhadores vivenciam no seu dia-a-dia.

Por isso, em 2024, a UGT celebrou o Acordo para a Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, dando continuidade aos acordos e à estratégia neles vertida com o anterior Governo, no sentido de prosseguir a resposta aos problemas actuais, incluindo a elevada inflação, mas igualmente aos problemas estruturais, visando o afastamento de um modelo de baixos salários e a convergência com a União Europeia.

Por isso, os nossos sindicatos celebraram novos acordos, garantindo aumentos salariais acima dos referenciais estabelecidos em muitos sectores e reforçaram, como na Administração Pública, as metas plurianuais estabelecidas.

Para a UGT, 2025 deverá ser um ano em que teremos de continuar e aprofundar a mesma visão.

Temos de manter a centralidade dos salários como um ponto essencial para o País do ponto de vista de sustentabilidade e progresso económico e social.

O abrandamento da inflação, que se encontra previsto desde o início das negociações realizadas, não pode servir de pretexto para o abrandamento do crescimento dos salários, de acordo com os referenciais estabelecidos. Os acordos são para cumprir quando é fácil e quando é difícil.

Mas temos igualmente de discutir, de exigir a discussão de temas importantes para todos os que vivem dos rendimentos do seu trabalho presente ou passado.

Temos de discutir, de forma mais abrangente, o modelo de desenvolvimento que queremos, o que exigirá uma abordagem mais transversal em sede de concertação social.

Estamos empenhados nas discussões em curso sobre temas fundamentais como a Formação Profissional, a Segurança e Saúde no Trabalho e a Sustentabilidade da Segurança Social.

São áreas em que a concertação social deu contributos inestimáveis no passado – com reformas importantes a serem operadas num indispensável clima de paz social - e em que a UGT tem uma visão clara para o futuro, conforme resulta dos nossos documentos de política reivindicativa.

E, mesmo na legislação laboral, em que consideramos precoce uma nova discussão em função das recentes alterações operadas pela Agenda do Trabalho Digno e que não tiveram ainda oportunidade de fazer caminho, não deixaremos de exigir o reforço dos direitos dos trabalhadores, com a reversão de medidas que se se arrastam desde os tempos da Troika até um conjunto de propostas que asseguram um reforço das condições de trabalho e o combate à precariedade, da capacidade de intervenção dos sindicatos na defesa dos direitos laborais e de impulso à negociação colectiva.

Mas a concertação social, para ser verdadeiramente estratégica, terá de revelar vontade e capacidade para abordar dossiers como o sistema fiscal e os seus equilíbrios, a execução do PRR, o Semestre Europeu, a Habitação, a protecção dos novos trabalhadores, o Desemprego Jovem ou as Migrações.



E é isso que a UGT não deixará de fazer, sobretudo num quadro em que a maior instabilidade política originada pelos equilíbrios parlamentares, coloca mais responsabilidade, mas também apresenta mais oportunidades ao diálogo social.

A UGT e os seus sindicatos continuarão firmes no caminho da luta.

Uma luta que, em primeira linha, será sempre por mais e melhor negociação.

Com mais e melhores resultados, mais e melhores condições de vida e de trabalho para os portugueses.

Com mais e melhores resultados para um Portugal de progresso económico e social, mais justo e mais solidário.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 19 de dezembro de 2024